



Cabo Delgado

Rua 1º Maio, Nº 1355
Bairro Cimento
Pemba
Moçambique
Tel:+258 272 20853 Fax:
+258 272 20853
itc-cabo-delgado@itc.co.mz

Gaza

Av. Samora Machel,
1º Andar, Flat 2,
Bairro 2
Xai-Xai, Moçambique
Tel. +258-282-22137 Fax:
+258 282 22137
itc-gaza@itc.co.mz

Manica e Sofala

Rua da Zâmbia, Nº 453
1º Andar, C.P. 211
Chimoio, Moçambique
Tel:+258 251 23832/24832
Fax:+258 251 23832
itc-nacional@itc.co.mz
itc-manica-sofala@itc.co.mz

Nampula

Rua da Beira Nº 4,
Bairros dos Limoeiros
Nampula
Moçambique
Tel:+258 261 13788
Fax:+258 261 13787
itc-nampula@itc.co.mz

Niassa

Av. Filipe S. Magala
2º Andar Dtº,
Edf. Hotel Girassol
Lichinga, Moçambique
Tel:+258 271 21848
Fax:+258 271 21854
itc-niassa@itc.co.mz

Tete

Av. Keneth Kaunda,
Nº 361
B. Francisco Manyanga
Tete, Moçambique
Tel:+258 252 23733
Fax:+258 252 23734
itc-tete@itc.co.mz

Zambézia

Av. Samora Machel,
Nº B/173
Quelimane, Moçambique
Tel:+258 242 17735
Fax:+258 242 17735
itc-zambezia@itc.co.mz

iTC - Iniciativa Para Terras Comunitárias

Lições aprendidas da iTC: experiências das actividades de delimitação e demarcação de terras comunitárias

(2006 - 2013)

Este relatório contém 37 páginas

ABREVIATURAS

AAP	Associações Agro-Pecuárias
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
iTC	iniciativa para Terras Comunitárias
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organização Não-Governamental
PROIRRI	Projecto de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SPFFB	Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia
SPGC	Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro

Índice

ABREVIATURAS.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1 SÍNTESE DAS LIÇÕES APRENDIDAS	3
2. LIÇÕES IDENTIFICADAS.....	6
CATEGORIA 1. METODOLOGIAS E ABORDAGEM TÉCNICAS.....	6
LIÇÃO 1.1: IDENTIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA COMUNIDADE E SUA DENSIDADE POPULACIONAL, ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS COMUNITÁRIOS.....	6
LIÇÃO 1.2: UTILIZAR MÉTODOS E INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS (PREPARAÇÃO SOCIAL) COMO BASE ESSENCIAL PARA INTERVENÇÃO EFECTIVA DA ITC.....	7
LIÇÃO 1.3: ENVOLVER COMUNIDADES E OUTROS ACTORES LOCAIS (INCLUINDO AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS) EM PROCESSOS DE DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO	8
LIÇÃO 1.4: INTERVIR EM <i>CLUSTERS</i> DE COMUNIDADES E DE FORMA INTEGRADA.....	9
LIÇÃO 1.5: PROCEDER A DEMARCAÇÃO DE TERRAS DE FORMA INTEGRADA COM A DELIMITAÇÃO DE TERRAS	11
LIÇÃO 1.6: ELABORAR MANUAIS BÁSICOS DE CAPACITAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS (OCBS E MEMBROS DAS COMUNIDADES)	12
LIÇÃO 1.7: PARTILHAR AS ACTAS DE CONSULTA COMUNITÁRIAS COM OS BENEFICIÁRIOS E CONSTITUIR ARQUIVOS DE PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRAS	13
CATEGORIA 2: COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL	15
LIÇÃO 2.1: MELHORAR A COORDENAÇÃO DIRECTA COM OS SERVIÇOS DE CADASTRO E OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS A NÍVEL PROVINCIAL E LOCAL	15
LIÇÃO 2.2: ESTABELECEER SINERGIAS ENTRE A ITC E OUTROS PROGRAMAS PÚBLICO-PRIVADO E DE DESENVOLVIMENTO RURAL	16
LIÇÃO 2.3: GARANTIR A CAPACITAÇÃO CONTINUA DE PROVEDORES DE SERVIÇOS	17
CATEGORIA 3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL A NÍVEL COMUNITÁRIO	18
LIÇÃO 3.1: CRIAR COMITÉS DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NAS COMUNIDADES	18
LIÇÃO 3.2: DESENVOLVER CAPACIDADES NAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BASE (OCBS).....	19
CATEGORIA 4: MITIGAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE TERRA	20
LIÇÃO 4.1: ENVOLVER PARALEGAIS LOCAIS NOS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRAS..	20
LIÇÃO 4.2: DIAGNOSTICAR CONFLITOS DE TERRA EXISTENTES (OU MAL MITIGADOS) ANTES DE INICIAR PROCESSOS DE DELIMITAÇÃO/DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	21
CATEGORIA 5: PARCERIAS ENTRE COMUNIDADES E INVESTIDORES PRIVADOS	22
LIÇÃO 5.1: DESENVOLVER FERRAMENTAS QUE POSSAM SUSTENTAM O ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NO ESTABELECEMENTO DE PARCERIAS COM PRIVADOS	22
LIÇÃO 5.2 CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS LEGAIS QUE REGULAM A PARCERIA ENTRE COMUNIDADES E INVESTIDORES PRIVADOS.....	23
CATEGORIA 6. GÉNERO E DIVERSIDADE	25
LIÇÃO 6.1: CRIAR FACILITADORES DE GÉNERO A NÍVEL DE PROVISÃO DE SERVIÇO E NAS COMUNIDADES	26
LIÇÃO 6.2: CRIAR MECANISMOS DE ACESSO A INFORMAÇÃO PARA OS DIFERENTES GRUPOS NA COMUNIDADE	27
LIÇÃO 6.3: INCENTIVAR A DIVISÃO DE TAREFAS E RESPONSABILIDADES DURANTE OS ENCONTROS COM COMUNIDADES.....	27
ANEXO 1: ASPECTOS DE REALCE SOBRE G&D EM PROJECTOS DA ITC	30

1. Introdução

Um dos vários desafios para a iTC é documentar lições aprendidas e impacto das suas intervenções nas comunidades rurais. A iTC, que existe desde de 2006, tem implementado a delimitação de terras, e até ao momento não existe uma compilação documentada sobre suas experiências no país. A experiência da equipa da iTC é valiosa para a compilação de lições aprendidas com a implementação da iTC. Consideram-se lições aprendidas:

- As narrativas que explicitam conhecimentos ou um entendimento adquirido através de uma experiência, que pode ser positiva ou negativa.
- Uma reflexão sobre o que era esperado acontecer, os factos, os desvios ocorridos durante o processo e tenham impacto no planificado

Os objectivos de compilar lições aprendidas são:

- Melhorar o desempenho de futuras intervenções contribuindo para a expansão destas e dos impactos;
- Partilhar com a sociedade civil, governo, sector privado, e doadores experiências e conhecimentos adquiridos durante a implementação da iTC, no contexto de delimitação de terras comunitárias.

Para iTC, estas lições aprendidas poderão ser uma base para orientar a implementação de estudos específicos e para a elaboração de directrizes, recomendações, e documentos para fundamentar as operações da futura iTC, a iniciar a partir de Abril de 2014.

1.1 Síntese das lições aprendidas

A compilação das lições aprendidas será uma actividade rotineira e periódica. Assim, este primeiro volume das lições aprendidas foi desenvolvido com base nas experiências das equipas nas províncias de Cabo Delgado, Gaza, Manica, Nampula, Niassa e Zambézia referentes ao período de 2006 – 2012. Posteriormente serão incorporadas lições das actividades implementadas nas províncias de Sofala e Tete.

A compilação da primeira síntese das lições aprendidas foi feita com base das informações e ideias apresentadas e debatidas durante o encontro técnico da iTC, realizado em Setembro 2012 na cidade de Chimoio, província de Manica. Este processo foi seguido pela organização dos diversos pontos, constatações e lições identificados, em seis (6) categorias que reflectem questões e áreas de actividades em que a iTC precisa documentar suas lições aprendidas em maior profundidade.

Este processo de categorização, complementa outras actividades em curso sobre recolha de dados, documentação de experiência, e análise de lições aprendidas e implicações operacionais para três áreas específicas de trabalho da iTC, nomeadamente os o *Análise dos custos de delimitação e demarcação de terras*, a colheita de lições aprendidas no âmbito do processo da *Actualização da Estratégia do Género e Diversidade*, e a recolha da informação sobre a *Capacidade de provisão de serviços e lições aprendidas em relação a sua capacitação e os mecanismos para sua contratação*.

As lições aprendidas sobre estes tópicos específicos ainda não estão profundamente detalhados no presente documento, salve em termos gerais quando pertinentes as outras categorias de lições. No entanto, o documento aborda lições que se enquadram nas seguintes seis categorias:

1. **Metodologias e abordagem técnicas.** Nesta categoria, são abordadas lições relacionadas com as abordagens e metodologias para identificação e preparação de projectos comunitárias para apoiar assegurar a posse de terra e melhorar o uso e aproveitamento da terra e recursos naturais. Aqui inclui a divulgação da legislação de terras e outras leis relativas a gestão de recursos naturais, os processos de sensibilização sobre o papel da iTC, a preparação social das comunidades e outros actores, e a abordagem de trabalhar com comunidades em *clusters*.
2. **Colaboração e coordenação institucional e organizacional.** Esta categoria descreve lições relacionadas com o envolvimento de diferentes instituições no processo de delimitação de terras como a iTC, os SPGCs, os provedores de serviços, Governos distritais e provinciais, outros programas públicos ou privados de desenvolvimento rural, e a relação e coordenação institucional entre os mesmos. Elementos importantes dessa categoria são as questões de desempenho, capacidade e articulação dos próprios provedores de serviços da iTC.

3. **Desenvolvimento institucional a nível comunitária.** Esta categoria trata das lições aprendidas dos resultados e processos de estabelecimento de OCBs (Organizações Comunitárias de Base) como por exemplo os Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) e Associações de Produtores, que surgem durante os processos de delimitação e demarcação de terras.
4. **Mitigação e resolução de conflitos de terra.** Esta categoria descreve lições relacionadas com o processo de mitigação de conflitos de terra durante o processo de delimitação de terras comunitárias
5. **Parcerias entre comunidades, investidores privados e outros actores.** Esta categoria descreve lições sobre a relação entre comunidades e investidores privados no âmbito das delimitações de terras comunitárias, e outras parcerias estabelecidas, ex. com ONGs e programas do governo.
6. **Questões transversais de Género e Diversidade.** As lições aprendidas sobre como melhorar a participação e benefícios das mulheres e de grupos vulneráveis nas actividades da iTC, e definição de abordagens eficazes utilizadas pelos provedores de serviços e outros actores locais, na integração de aspectos de género.

Em cada uma das categorias acima apresentadas, as lições aprendidas são provenientes de experiências de implementação de projectos da iTC. Cada uma das lições apresentadas, são acompanhadas por um contexto, onde são descritas as principais experiências e origem/aplicabilidade da lição e as razões da sua documentação.

As lições aprendidas apresentadas neste documento podem contribuir para discussões mais aprofundadas a nível dos fora de consulta sobre terra e podem dar origem a análise mais sistemáticas através de elaboração de estudos propostas de estudos e/ou estudos de caso para consolidar experiências apresentadas neste e próximos documentos de lições aprendidas

2. Lições identificadas

Categoria 1. Metodologias e abordagem técnicas

Lição 1.1: Identificar a estrutura organizativa da comunidade e sua densidade populacional, antes da implementação de projectos comunitários

O conhecimento antecipado das divisões de estruturas locais (regulados, povoados, e lideranças tradicionais) e suas relações de poder especificamente com recursos naturais a nível de uma determinada comunidade/povoado/grupo de famílias, é crucial no processo de delimitação, pois facilita a integração da definição de comunidades descrita na legislação sobre terras.

Contexto

A prática adoptada pela iTC em função das lições aprendidas das primeiras serie de projectos para delimitação de terras comunitárias a nível de povoados. São geralmente divisões de regulados ou reinos tradicionais correspondendo a 2ª ou 3ª escalão da liderança comunitária reconhecido. Enquanto poderá haver uma correspondência bastante próxima de um ou mais regulados com localidades administrativas, em cada regulado poderá haver numerosos povoados (com as suas respectivas estruturas de chefia costumeiro muitas das vezes explicitamente reconhecido pelo estado) com semelhante ocorrência de povoados, por vezes mais numerosos a nível de uma localidade. Dito isso, também existem variações geográficas e regionais do que esteja considerado como povoado ou comunidade, e nas áreas das terras utilizados e associados, em função da densidade demográfica e a relação histórica que as comunidades possuem com determinadas áreas geográficas e conjuntos de recursos ali existentes.

Existem povoados que de facto são constituídos por grupos familiares dispersos. Enquanto na maioria das vezes as áreas correspondentes as comunidades a nível dos povoados são menores de 10,000 hectares, em áreas de menos densidade populacional poderão ser maiores e há casos de

povoados relativamente isolados que tenham uma relação de uso e aproveitamento de terra e recursos naturais em áreas bastante extensivas, sobretudo em regiões mais áridas e da baixa produtividade agrícola. Em outros casos existem comunidades pequenas em zonas mais densamente povoadas que aproveitam de áreas de terra relativamente pequenas.

Lição 1.2: Utilizar métodos e instrumentos participativos (preparação social) como base essencial para intervenção efectiva da iTC.

A preparação social como um instrumento participativo de planificação e desenvolvimento a nível comunitário, deve ser aplicado em cada processo de delimitação, envolvendo e capacitando em todas as fases, e de todos membros das comunidades beneficiárias e comunidades circunvizinhas. A preparação social promove a apropriação dos processos de delimitação e também dos seus objectivos, pela comunidade, facilitando assim o seu engajamento no processo de desenvolvimento. A aplicação de outros métodos participativos, que enfatizam a inclusão de género nos processos de delimitação tem trazidos resultados positivos no âmbito de tornar o processo de desenvolvimento comunitário um processo participativo.

As agendas comunitárias, resultantes da preparação social facilitam a orientação da comunidade no processo de desenvolvimento e pode ser um instrumento que garante negociação com qualquer actor que pretende apoiar o desenvolvimento de uma determinada comunidade.

Contexto

A preparação social como instrumento que facilita as intervenções da iTC a nível das comunidades rurais, esta sendo reconhecida pelos parceiros e outros actores como uma ferramenta indispensável na elevação das capacidades das comunidades. Porém trata-se de um pacote ou uma serie de abordagens e métodos participativos, com base em técnicas de diagnóstico, aprendizagem e acção participativa que deverão ser adaptados aos diversos contextos, situações e audiências locais com quem a iTC trabalhe. A preparação social surgiu para envolver e transformar as comunidades rurais como actores primários no processo de desenvolvimento. Neste âmbito, foi elaborado um Guião da Preparação Social e em sequência, alguns provedores de serviço treinados na sua aplicação e como formadores de outros provedores e actores locais. Porém a aplicabilidade dos métodos da Preparação Social e seu

impacto em contextos diferentes ainda carece de documentação mais profunda. O Anexo 1, apresenta um estudo de caso, que evidencia os resultados e a aplicação da preparação social numa comunidade da província de Manica.

Lição 1.3: Envolver comunidades e outros actores locais (incluindo autoridades governamentais e privados) em processos de delimitação e demarcação

O envolvimento das comunidades rurais, incluindo autoridades locais e os diferentes actores (privados, ONGs, etc.) nos processos de desenvolvimento comunitário, durante o processo de planificação e tomada de decisão é de extrema importância para garantir maior apropriação do processo de delimitação.

O envolvimento de todos detentores de Direitos de uso (registados ou costumeiros) circunscritos dentro da área a delimitar e arreadores, durante a fase de apresentação de projecto ou na consulta comunitária é crucial para evitar e/ou identificar potenciais focos de conflitos de terra. Igualmente, o sucesso da delimitação/demarcação de terras depende do nível de participação da comunidade beneficiária no processo e das comunidades e outros usuários de terra vizinhos, que inclui o sector privado.

Contexto

Na prática, em alguns casos a iTC tem enfrentando dificuldades e até resistência de certos actores, às intervenções da iTC e seus provedores de serviço. Por outro lado fica claro que todos actores locais, para além das comunidades, sobretudo as autoridades locais do governo, investidores, e comunidades vizinhas, com interesses legítimos no espaço delimitado, deverão ser considerados *stakeholders* das intervenções da iTC. Suas vozes e opiniões precisam ter acesso no processo de delimitação e devem igualmente beneficiar de processos de sensibilização sobre a Lei da Terras e o papel da iTC. Ademais, considerando o reconhecimento pelo Fórum Consultivo de Terras da importância da iTC na segurança da posse da terra comunitária, a facilitação de parcerias e o ordenamento harmonioso do processo de desenvolvimento rural, implica que os processos de preparação social deverão ser estendidos a estes outros atores, e eventualmente massificados.

A partilha de informação entre os diferentes actores de desenvolvimento de uma determinada comunidade, podem dinamizar o processo de delimitação/demarcação de terras, reduzindo assim riscos para conflitos e melhorando a convergência para acções de desenvolvimento rural.

Lição 1.4: Intervir em *clusters* de comunidades e de forma integrada

A abordagem de cluster reduz custos operacionais de implementação de actividades de delimitação/demarcação de terras e aumenta abrangência (cobertura geográfica) de áreas a delimitar/demarcar. Estes custos são ainda mais reduzidos quando há integração de actividades durante o processo de planificação e durante a implementação no terreno.

No caso específico das intervenções da iTC é definido um *cluster*, um grupo de comunidades, associações e ou beneficiários, que se encontram em áreas geográficas muito próximas, que permitam a eficiência na operacionalização de um determinado projecto ou actividade. De uma forma geral, esta abordagem resume-se em implementar mais delimitações/demarcações com poucos projectos, aumentando o impacto.

Contexto

Durante os primeiros anos, a iTC teve uma abordagem orientada pela demanda comunitária. Esta abordagem foi melhorada e introduzida o processo de chamada de ideias, como um mecanismo de identificação de propostas. Entretanto, apesar do melhoramento do processo de identificação de projectos, as propostas eram implementadas de forma dispersa, o que encareciam os projectos devido a elevados custos operacionais (combustíveis, ajudas de custo, etc.).

A abordagem de cluster deve começar a ser desenvolvida durante o processo de chamadas de ideias, onde a identificação dos locais para implementação do projecto é um ponto de partida. Esta abordagem deve continuar a ser desenvolvida durante todo o processo de planificação do projecto, que inclui a elaboração da proposta técnica e financeira do projecto.

Vários exemplos mostram que a abordagem de cluster melhoraram a eficiência na implementação de projectos, como é o caso de administração de capacitações, onde membros de comunidades

beneficiam de capacitações num mesmo período e espaço, garantindo assim maior interação e eficiência na realização da actividade. Outros exemplos, ilustram o aumento da cobertura de número de comunidades beneficiando de processos de delimitação/demarcação de terras, que permitem um maior impacto na redução de conflitos, por estarem em áreas contíguas ou vizinhas. Na província de Sofala, a implementação do projecto da *Envirotrade*, é claramente evidência de um *cluster*, onde foram delimitadas um total de 7 comunidades num só projecto, o que permitiu eficiência na administração das capacitações, e na realização das actividades de delimitação de terras. As intervenções em *clusters* foram introduzidas a partir dos anos 2009/10. A figura 1, ilustra de uma forma gráfica, o efeito dos *clusters* no aumento.

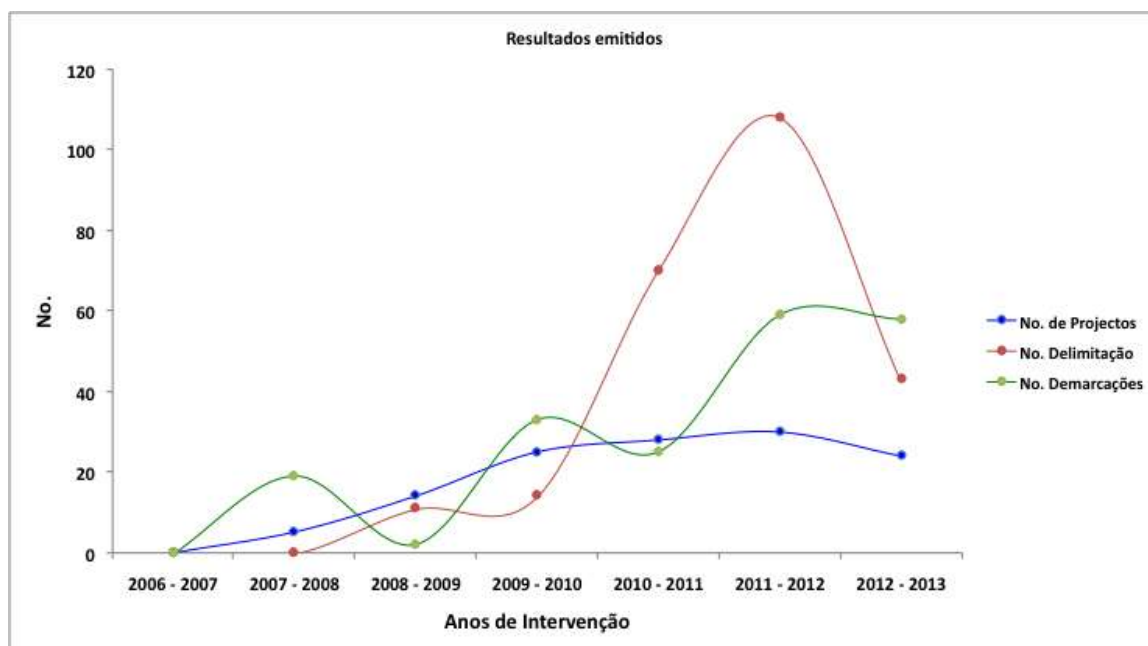


Figura 1. Resultados da iTC e efeitos de Cluster (a partir de 2009 - 2010)

Apesar de avanços na integração da abordagem de cluster pela equipa da iTC e na elaboração de projectos, ainda é notória a falta de integração desta abordagem nos orçamentos provenientes dos SPGC. Esta fraca adopção da abordagem por parte dos Serviços de Cadastro tem influenciado os custos de implementação de actividades de delimitação e demarcação de terras, tornando-se assim mais um desafio a ser ultrapassado pela iTC.

Lição 1.5: Proceder a demarcação de terras de forma integrada com a delimitação de terras

O processo de delimitação de terras comunitárias permite a identificação de actores, que fazem parte do processo de desenvolvimento endógeno da comunidade. O processo de preparação social, enfatiza esta identificação, mostrando a dinâmica destes actores sobre os recursos existentes. A integração destes actores no desenvolvimento da comunidade, deve ser acompanhado com a distribuição espacial da sua ocupação de terras, permitindo assim visão de ocupação de terras no raio da comunidade.

Assim, é de extrema importância que processos de demarcação de terras ocorram em comunidades delimitadas, ou aconteçam em simultâneo com processo de delimitação, como forma de garantir apropriação no processo de consulta comunitária. A gestão das terras dos diferentes actores dentro da comunidade é de inteira responsabilidade da comunidade, por isso que o consentimento na atribuição dos direitos de uso (a partir da consulta comunitária) deve ser garantido pelos limites que definem a comunidade.

Contexto

As associações agropecuárias e outros grupos de interesse com actividades ligadas a aproveitamento de terra e recursos naturais são elegíveis para financiamento da iTC. Assim, durante o processo de delimitação, é importante identificar estes actores e suas potencialidades na contribuição para o desenvolvimento de cada comunidade, e em casos específicos fazer a demarcação das suas áreas, de forma que sejam integradas na visão espacial de distribuição de terras na comunidade.

A gestão de terras e recursos naturais pela comunidade, passa pela identificação dos actores que usam a terra e aproveitam dos seus recursos, permitindo assim a sua integração no desenvolvimento da comunidade. A demarcação de grupos/associações que detêm direitos de usos de terra, na altura da delimitação tem várias vantagens como: (i) harmonização dos deveres e responsabilidade entre os CGRN e outras OCBs (incluindo as associações de produtores); (ii) facilitação do processo de zoneamento; e (iii) garante a integração da comunidade na monitoria de processos de parcerias com benefícios económicos ligados a gestão de terras.

A delimitação da comunidade de Phandagoma, no distrito de Bárue e demarcação da Associação Agropecuária de Chikwaedzera dentro dos limites da comunidade, é um exemplo de abordagem integrada de delimitação e demarcação, da qual as associações reconhecem o seu papel no desenvolvimento da comunidade, e reconhecem que tem responsabilidades partilhadas com os membros dos CGRN na gestão das terras da comunidade.

Lição 1.6: Elaborar manuais básicos de capacitações de beneficiários (OCBs e membros das comunidades)

A elaboração de manuais de capacitação das OCBs é uma abordagem que permite maior envolvimento dos provedores de serviço e beneficiários para melhorar a gestão da terra e de recursos naturais. Os provedores de serviço devem ter acesso ao mesmo tipo de manual, de forma que o conhecimento administrado aos beneficiários do projecto seja homogéneos nos diferentes pontos do país. Contudo, independentemente do tipo de beneficiário da capacitação, o manual deve estar sempre actualizado, incluindo aspectos transversais e que melhorem as capacidades dos beneficiários (comunidades rurais) na gestão de terras e recursos naturais.

Contexto

Os processos de delimitação/demarcação de terras financiados pela iTC envolve directamente a capacitação de OCB's, especificamente de Associações Agropecuárias (AAPs) e Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN). Estas capacitações destacam especialmente temas relacionados com (i) associativismo e dinâmica de grupos; (ii) gestão de negócios; (iii) gestão de recursos naturais e (iv) planificação. Estas capacitações são administradas por provedores de serviços, que muitas vezes apresentam material de capacitação divergentes e diversificado, isto é, material com diferenças na estrutura, nos conteúdos e temas e até com diferenças no período de administração.

As diferenças existentes entre os materiais de capacitação tem originado em fraca apropriação por parte dos beneficiários e fraca coerência por parte dos provedores de serviço quem tem administrado as capacitações. Estas discrepâncias tem igualmente dificultado no cálculo dos custos unitários referentes as capacitações a nível dos beneficiários. Associado a este facto, evidências mostram que acesso a manuais únicos de capacitação, permitem uma assimilação mais sistemática e harmonizada

por parte dos beneficiários, garantido que as fontes de conhecimentos sejam homogéneas e o conhecimento seja uniformemente partilhado entre os beneficiários.

Lição 1.7: Partilhar as actas de consulta comunitárias com os beneficiários e constituir arquivos de processos de demarcação e delimitação de terras

As consultas comunitárias são uma componente extremamente importante durante o processo de demarcação de terras das associações. As actas resultantes de processos de consulta, incluindo os planos de exploração referente ao uso do espaço requerido devem ser partilhados com as comunidades que legitima o direito de uso. O conhecimento do conteúdo destes documentos, faz parte de um processo de partilha de informação que deve sempre existir a nível da comunidade. Para tal, arquivos referentes a estes processos devem ser criados e mantidos a nível da liderança e dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais. As consultadas comunitárias devem ser antecedidas de disponibilização de informação referente a todo processo de demarcação, incluindo planos de negócios, planos de exploração, etc.

Contexto

A consulta comunitária é um processo participativo que garante a confirmação por parte da comunidades e diferentes actores, sobre a legitimidade do direito de uso de terra, que é posteriormente aprovado pelo estado.

Em vários projectos financiados pela iTC, e outros da assistidos pela iTC, ficou claro que durante a consulta, são produzidas actas, que são assinadas pelas entidades locais presentes no encontro de consulta e pelas testemunhas presentes igualmente no encontro. Estas actas são a posterior consideradas como anexos dos documentos importantes no processo de tramitação de um determinado DUAT. Contudo, estas actas não são partilhadas com as comunidades consultadas, contribuindo assim para a fraca disponibilidade de informação (evidências) sobre o processo de consulta. Associado a esta partilha, a compilação de um arquivo contendo toda informação referente ao processo de demarcação de terras deve ser partilhado e garantido pelas entidades que facilitam o processo de demarcação.

A partilha de informação que antecede os processos de consulta comunitária ainda são fracos, e muitas vezes inexistentes. As comunidades participam nas consultas comunitárias sem conhecimento dos planos de exploração do requerente e dos planos de negócios a serem implementados na sua área. Este procedimento reduz transparência e aumenta conflitos.

Categoria 2: Coordenação Institucional

Lição 2.1: Melhorar a coordenação directa com os Serviços de cadastro e outras instituições públicas a nível provincial e local

O envolvimento dos Serviços Provinciais de Cadastro e outras instituições públicas (registo civil, autoridade tributária, etc.), devem ser considerados na fase de planificação e elaboração de projectos e durante todo o processo de delimitação/demarcção de terras, para evitar atrasos de implementação e garantir que todos os passos dos processos são seguidos e respeitados. Por outro lado, as abordagens metodológicas de intervenção da iTC, devem continuamente ser divulgadas e assumidas pelas entidades/instituições envolvidas nos processos de delimitação/demarcção de terras, contribuindo para o alcance de custo eficiência de implementação de projectos.

Contexto

O processo de demarcção/delimitação de terras envolve várias instituições e actores. As principais instituições públicas envolvidas neste processo são os (i) Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC), que são responsáveis pelo Georeferenciamento das áreas demarcadas e pela emissão dos DUATs/Certidões oficiosas, (ii) As secretárias das administrações locais, que são responsáveis pelo registo das associações comunitárias de base e acompanhamento das actividades; (iii) Os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), que são responsáveis por acompanhar as actividades a nível local, como representação dos SPGC; (iv) a Autoridade Tributária, que são responsáveis pela emissão dos NUITs¹, (v) os Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (SPFFB), que são responsáveis pela facilitação nos processos de capacitação dos CGRN e canalização dos 20% das taxas de exploração de florestas. O número de instituições envolvidas tem influência na celeridade e eficiência da implementação de actividades. Muitas vezes surgem problemas de coordenação, especialmente relacionadas com calendarização das actividades e fraco entendimento das abordagens da iTC, como o caso de abordagem em *cluster*.

¹ NUIT – Número Único de Identificação Tributária

Lição 2.2: Estabelecer sinergias entre a iTC e outros programas público-privados e de desenvolvimento rural

A iTC, através dos processos de demarcação e delimitação de terras, assegura os direitos da comunidade para uso e aproveitamento da terra, que constitui uma base fundamental para introdução de actividades de desenvolvimento rural. A colaboração com diferentes programas públicos de apoio às comunidades rurais, devem ser maximizados como forma de acelerar o desenvolvimento das comunidades. A sinergias com programas locais de desenvolvimento rural, como os de apoio a agricultura, apoio a acesso a mercados e de acesso a fundos de desenvolvimento local e/ou créditos, deve igualmente ser maximizada, como uma forma de unificar esforços que aceleram a promoção de oportunidades de desenvolvimento às comunidades.

Contexto

Como um país em desenvolvimento, vários programas públicos de apoio às comunidades são introduzidos de forma esporádica e isolada, sem seguir um processo de integração e harmonização com projectos em curso e terminados. Projectos de desenvolvimento comunitários, como os de apoio a irrigação, de fornecimento de insumos agrícolas e até mesmo de acesso a fundos, como os Fundos de Desenvolvimento Distrital, são oportunidades reais para as comunidades, que muitas vezes não existem critérios claros de alocação e com fracos modelos de implementação. Várias iniciativas de desenvolvimento promovidas pelas ONGs Nacionais e Internacionais, têm como beneficiários as comunidades rurais, dos quais o principal requisito tem sido a legalização da terra das mesmas. Estas são oportunidades para criar sinergias com a iTC, de forma em que haja complementaridade de actividades e assim, eficiências na aplicação de fundos.

Vários exemplos de sucessos de sinergia da iTC com programas de desenvolvimento evidenciam a necessidade de maximizar coordenação e planificação inter-institucional. O exemplo das associações de Chibuto, que receberam apoios na reabilitação de um canal de irrigação, como resultado da sinergia entre a iTC e a Africa Works, contribuiu para valorizar o DUAT que foi atribuído às associações. No corredor da beira, a reabilitação de canais de irrigação pela PROIRRI, nas associações assistidas pela iTC, e a ligação entre a Companhia de Vandúzi com Associações agropecuárias (veja anexo 2), são exemplos de resultados de esforços de que a sinergias com

instituições e programas de desenvolvimento podem complementar as intervenções da iTC e assim contribuir para uma melhor gestão de terras e promover desenvolvimento.

Lição 2.3: Garantir a capacitação contínua de provedores de serviços

As delimitações de terras comunitárias requerem conhecimento da legislação e dos processos/etapas envolvidas. Provedores de serviços capacitados sobre estas matérias têm mais hipóteses de serem mais eficientes e eficazes na execução da actividade, mas também a trazer mais impacto a nível das comunidades beneficiárias. Uma vez que as actividades de demarcação/delimitação de terras constitui uma das actividades de planificação para desenvolvimento rural, é igualmente importante que os provedores de serviço sejam expostos a métodos e conhecimento que promovam desenvolvimento a nível das comunidades.

Contexto

Desde o início, a iTC teve dificuldades de encontrar provisão de serviços para implementar as principais categorias de actividades financiáveis pela iTC. Como resultado, a iTC facilitou a capacitação de vários provedores, nas áreas de elaboração de projectos, mitigação e gestão de conflitos e cartografia. Com o surgimento de novos provedores de serviço, a continuação de programas de capacitação deve ser orientado a desenvolvimento de habilidades de capacitação em matérias ligadas a gestão de terras e desenvolvimento de oportunidades de parcerias a nível das comunidades.

A capacidade de provisão de serviços é crucial no sucesso da implementação de projectos na iTC. É importante que os provedores de serviço, para além de conhecerem o processo relativo a delimitação/demarcação de terras, demonstrem igualmente a capacidade de orientar os beneficiários de projectos da iTC para uma abordagem de desenvolvimento sustentável. Para tal, a definição de uma estratégia de capacitação mais eficiente, que inclui a reciclagem de provedores mais antigos e permite a sua integração de forma gradual durante a implementação da iTC é necessário. Esta estratégia de capacitação, deve estar associado a disponibilização de ferramentas de capacitação (informação e manuais), dos quais alguns foram referidos na lição 1.6.

Categoria 3. Desenvolvimento institucional a nível comunitário

Lição 3.1: Criar Comitês de Gestão de Recursos Naturais nas comunidades

Os Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRNs) são necessários para assegurar a capacitação da comunidade, tornando-os capaz de gerir melhor suas terras e recursos e de adquirir personalidade jurídica de modo a agir formalmente a favor da comunidade, para tomar decisões formais relativa a gestão de terras comunitárias e investimentos a acontecerem na comunidade. Os CGRNs ou entidades semelhantes deverão ser estabelecidas para cada comunidade com terra delimitada.

Contexto

As lideranças comunitárias são importantes no processo de confrontação de limites com comunidades vizinhas. Contudo, para uma melhor gestão de terras e recursos naturais, estas lideranças precisam de apoio de membros da comunidade, com conhecimentos e experiências diversificada. A legislação de Florestas e Fauna Bravia, prevê o estabelecimento de Comitês de Gestão de Recursos Naturais que são órgãos que ajudam as comunidades na gestão (incluindo fiscalização) de recursos naturais da comunidade. O estabelecimento e capacitação destes órgãos durante o processo de delimitação, contribui para definição de mecanismos de gestão participativa e comunitária dos recursos naturais, assumindo estes, a tarefa de conselheiros e intermediários para a comunidade.

De entre várias responsabilidades dos CGRN, destacam-se: (i) envolvimento na gestão de terras, incluindo o zoneamento, planificação e fiscalização de uso de terras; (ii) envolvimento na mitigação de conflitos; (iii) Representação das comunidades em encontros e durante estabelecimento de parcerias; (iv) gestão de receitas provenientes das empresas comunitárias, privados e/ou outras organizações comunitárias dentro da comunidade. Desafios para a operacionalização destes comités ainda prevalece a nível da iTC, dos provedores de serviços a nível dos serviços províncias de florestas e fauna bravia (SPFFB). Actualmente estes comités são entendidos como simplesmente receptores das taxas de exploração florestal por concessionários, o que não representa o valor da sua constituição e responsabilidade.

Lição 3.2: Desenvolver capacidades nas Organizações Comunitárias de Base (OCBs)

Comunidades capacitadas tem mais oportunidade de contribuir para o seu próprio desenvolvimento, quando comparado com as comunidades que não beneficiam de capacitações. As organizações comunitárias de base (OCB's), devem ser beneficiar de capacitação sobre o processo de demarcação/delimitação de terras e sensibilizadas sobre a legislação respectiva. A capacitação de membros das comunidades, sobre a legislação de terras, florestas, ambiente e outras relacionadas, pode contribuir grandemente para a redução de incidência de conflitos de terra e para melhor nível de negociação com potenciais investidores.

O uso de métodos participativos durante as capacitações é preponderante e deve ser sempre maximizado. O uso de exemplos concretos, da língua local e uso de imagens para divulgação das informações, deve ser sempre maximizado, como uma forma de garantir maior compreensão dos processos por parte dos beneficiários. Associado ao desenvolvimento de instrumentos de capacitação de OCBs, a capacitação de facilitadores comunitários durante a preparação social contribui grandemente para impulsionar o desenvolvimento das capacidades das comunidades rurais.

Contexto

As OCBs são um veículo de transmissão de conhecimento na comunidade. A apropriação de qualquer processo que envolve conhecimento deve envolver capacitação, especialmente para comunidades rurais que pouco estão a expostos a informação e processos de desenvolvimento participativos.

Vários exemplos de capacitações administradas as OCBs, evidenciam a importância desta actividade na elevação das capacidades das comunidades na gestão da terra e recursos naturais. O exemplo do CGRN da comunidade de Natuco, na província de Cabo Delgado, e da comunidade de Manhane, na província de Manica, evidenciam a vantagem da capacitação de um CGRN no desenvolvimento de uma determinada comunidade.

Categoria 4: Mitigação e resolução de conflitos de terra

Lição 4.1: Envolver Paralegais locais nos processos de demarcação e delimitação de terras

O envolvimento de paralegais (especialmente os comunitários) em todas fases do processo de delimitação aumenta a sensibilização das comunidades sobre os processos de delimitação e facilita a mitigação de potenciais conflitos de terra que podem surgir durante o processo de delimitação.

A identificação e capacitação de paralegais, que são membros das comunidades e com experiência na mitigação e resolução de conflitos é importante no processo de empoderamento comunitários, pois para além da redução de custos relacionados com o seu funcionamento (logística), esta abordagem pode facilitar a aceitação e integração deste paralegal, pelas autoridades governamentais locais.

Contexto

A capacitação de paralegais foi considerada uma intervenção prioritária desde o início da iTC. Estes paralegais desempenham um papel importante na mitigação e resolução de conflitos de terra. Com apoio do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, a iTC contribuiu para a formação de paralegais em quase todo país. Contudo, o desafio continua, pois muitos destes paralegais são técnicos de organizações da sociedade civil e de ONGs que não são membros das comunidades. A capacitação de líderes comunitários e agentes chaves no processo de mediação de conflitos na comunidade, é uma alternativa para garantir a operacionalização efectiva de paralegais treinados.

Os paralegais comunitários, quando bem capacitados devem ser envolvidos em todas fases dos processos de demarcação e delimitação de terras, contribuindo assim para a mitigação de conflitos e demonstrando a sua importância na gestão de conflitos de terras. Experiências de Manica e Cabo Delgado, mostram que o uso de paralegais que residem nas comunidades, são mais efectivos nos processos de mitigação e resolução de conflitos, quando capacitados.

Lição 4.2: Diagnosticar conflitos de terra existentes (ou mal mitigados) antes de iniciar processos de delimitação/demarcação de terras

O exercício de diagnosticar conflitos de terra antes de qualquer intervenção de processos de delimitação e demarcação de terras, deve ser prioritário e participativo. O diagnóstico e caracterização pode ditar a necessidade de intervenção de paralegais, como também pode ajudar a planificar melhor maneira de intervenção sem no entanto, interferir com o processo de delimitação.

Contexto

Muitos conflitos enfrentados pelos projectos da iTC surgiram porque não houve diagnóstico prévio de conflitos existentes, nem de uma análise de potenciais conflitos. O exemplo do primeiro projecto da iTC na província de Manica, da qual iniciou-se um processo de delimitação numa comunidade com conflitos existentes entre comunidades e privados, mostrou claramente a necessidade de fazer um diagnóstico prévio antes do início de qualquer processo de demarcação/delimitação de terras. Para o caso do projecto em Manica, a falta de diagnóstico, este associado ao fraco processo de envolvimento de outros intervenientes e fraco processo de consulta comunitária.

Muitos conflitos de terra tem origem em conflitos anteriormente mal mitigados, em que as partes não ficaram claras sobre a solução definitiva do problema. Assim, estas tensões são mantidas em “banho-maria” até um processo de consulta, como a que é aplicado durante a delimitação é realizado, voltando a originar o ressurgimento de conflitos.

Categoria 5: Parcerias entre comunidades e investidores privados

Lição 5.1: Desenvolver ferramentas que possam sustentar o envolvimento das comunidades no estabelecimento de parcerias com privados

Durante o processo de delimitação de terras, é preciso elaborar/desenvolver (de forma participativa), ferramentas preparatórias que facilitam o estabelecimento de parcerias entre comunidades e investidores. Alguns destas ferramentas são:

- Planos de uso de terras e/ou zoneamento da área comunitária;
- Agendas de desenvolvimento da comunidade, como resultado da preparação social;
- Estatutos do Comité de Gestão de Recursos Naturais, incluindo a certidão que confere a sua legalidade;
- Planos de manejo
- Planos de negócios
- Inventários de recursos

Estes instrumentos é que devem orientar as negociações entre as comunidades e potenciais investidores, de forma que qualquer investimento responda os planos de desenvolvimento da comunidade e respeita os seus planos de uso de terra.

Contexto

Apesar de ainda ser incipiente, as experiências de parcerias entre comunidades e privados, muitos são os casos em que as comunidades não detêm nenhuma base para iniciar uma parceria com um potencial investidor. Em muitos casos, o investidor é que decide onde quer implantar o seu investimento, sem respeitar o zoneamento existente e os respectivos planos de uso de terra da comunidade. A Agenda de Desenvolvimento comunitário é uma dessas ferramentas. Contudo, esta ferramenta não é suficiente para ajudar as comunidades nos processos de estabelecimento de parcerias.

A nível do Fórum de Consulta sobre terras, estão a ser elaborados directrizes que vão orientar o processo de estabelecimento de parcerias entre os privados e comunidades. Neste âmbito, as ferramentas acima mencionadas pode complementar estas directrizes.

Associadas as ferramentas acima mencionadas, a partilha antecipada dos planos de investimento às comunidades beneficiárias, pode igualmente contribuir para estabelecimento de um ambiente favorável de negociação de potenciais parcerias.

Lição 5.2 Criação de instrumentos legais que regulam a parceria entre comunidades e investidores privados

É necessário ter instrumentos que definem os objectos, objectivos, responsabilidades, deveres, benefícios, etc. das partes envolvidas na parceria a nível local. Estes devem ser estabelecido e concordado entre as partes envolvidas na parceria, por meio de um **contrato** ou **Memorandum**, legitimados pelas autoridades governamentais.

Associado ao facto de estabelecimento de instrumentos reguladores, é importante que as parcerias sejam estabelecidas a nível das comunidades, que podem depois ser específicas a nível de Associações ou empresas comunitárias, como forma de garantir a gestão da terra comunitária.

Contexto

Existem vários modelos de parcerias entre comunidades e privados, que estão a ser desenvolvidos no âmbito de desenvolvimento agrícola e exploração de recursos florestais. Em muitos destes modelos, não existem instrumentos legais que regulam a parceria, ou em outros casos, estes instrumentos são simplesmente estabelecidos a nível de indivíduo (contratos com *outgrowers*) com pouco benefício a comunidade no geral. O exemplo da companhia de Vandúzi ilustra claramente este facto, onde existem contratos com membros das associações, mas em nenhum momento existe um documento que legitima a ligação deste investidor com a comunidade. A definição do nível (na comunidade) em que se estabelece a parceria é essencial na gestão dos contratos/*memoranduns*.

A iTC nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia tem promovido o estabelecimento de *Memorandum* de Entendimento entre comunidades (representados pelos CGRNs) e os parceiros

(operadores privados, investidores, ONGs ou agências ou programas de desenvolvimento), como forma de regular a parceria. Este despertar surgiu como forma de empoderar a comunidade e envolvê-las nos processos de estabelecimento de parcerias.

Categoria 6. Género e Diversidade

Género e Diversidade deve fazer parte de todo um processo de desenvolvimento comunitário e não somente em processos de delimitação e demarcação de terras. Uma vez que aspectos de género estão integrados em aspectos socioeconómicos e ambientais, é preciso que a sua disseminação seja contínua de forma que a informação seja directamente acessível para os diferentes grupos sociais da comunidade.

Foram documentados lições básicas sobre Género e Diversidade em 2009-10 no âmbito da Auditoria do Género realizada em 2009 e a Estratégia do G&D elaborado em 2010. Estas lições poderão ser resumidas no sentido que a iTC reconheceu com base da experiencia da fase piloto e os primeiros etapas de trabalho com MCA no Norte do país que deverão ser criadas quatro 4 tipo de condições básicas para permitir maior participação e benefício da mulher nas actividades da iTC: :

- Integração transversal de questões do G&D em todas actividades e ferramentas utilizadas, aos diferentes níveis;
- Promover acções específicas e proactivas na parte dos PS dirigidas a mulheres homens e outros grupos específicas permitindo sua melhor participação e q as questões do G&D tornam-se mais visíveis e melhore entendidas a nível comunitário;
- Monitoria sistemática da participação e benefícios tirados em termos do G&D;
- Capacitação sobre G&D para a equipe da iTC, membros dos CPAs e PS permitindo que sejam capazes de integrar o G&D no seu trabalho e especificamente q os PSs deverão ser capacitado para em poderão criar capacidades de tratar com dimensões do G&D entre eles e a nível das comunidades. A lição aprendida da análise dos resultados alcançados a partir da formação básica dada a equipe da iTC e outros intervenientes em Cabo Delgado, Gaza, e Manica foi que para atingir a objectivo e criação da capacidade a nível das comunidades e PSs sem capacidade existente em G&D, a iTC devera introduzir uma abordagem de formação em cascata, envolvendo a formação de formadores.

Desde a introdução da Estratégia do G&D em 2010 a iTC tem procurado realizar estes quatro condições, embora que não há garantia que estas acções em si sejam necessariamente suficientes para garantir resultados positivos.

A iTC continua identificando e colhendo lições praticas aprendidas no processo de implementação da estratégia do G&D, e da realização das capacitações dadas, como base da actualização da Estratégia do Género programada para Janeiro e Fevereiro 2014, no qual as lições aprendidas serão reflectidas.

Uma vez que o documento apresenta lições ligadas a delimitação e demarcação de terras, o Anexo 1 apresenta constatações que moldaram as lições apresentadas a seguir, como forma de espelhar as diferentes experiências dos projectos de delimitação e demarcação financiados pela iTC.

Lição 6.1: Criar facilitadores de género a nível de provisão de serviço e nas comunidades

Aspectos de género e diversidade não podem ser consideradas de transversais. Aspectos de género e diversidade, devem estar constantemente integradas nas actividades de delimitação e demarcação de terras, incluindo nas suas ferramentas. Porque questões de género e diversidade é uma abordagem nova a nível da iTC e no país em geral, é preciso que sejam identificados facilitadores, devidamente capacitados em matéria de género, a nível de provedores de serviço e na comunidade, que vão garantir a integração de aspectos de género durante as actividades.

Contexto

Desde a elaboração da estratégia de género e diversidade em 2010, que a equipa da iTC tem desenvolvido mecanismos de aumentar a participação de mulheres e grupos vulneráveis nas suas actividades. Estes esforços tem sido complementados com programas de capacitação sobre género, administrados para equipa da iTC, provedores de serviço e membros da comunidade.

A abordagem de capacitação sobre género em cascata, que está a ser implementada na iTC, traz desafios aos provedores de serviço e a equipa da iTC, na integração de aspectos de género nos projectos comunitários. Alguns dos desafios, prendem-se com a aplicação das ferramentas de

capacitação pelos provedores e a respectiva monitoria. Progressos tem sido registados nos relatórios de actividades submetidos pelos provedores de serviço, que já apresentam informação discriminadas por género. Esta informação, indica que a participação das mulheres nas actividades da iTC é de cerca de 45%, comparando com cerca de 30% na altura que foi elaborada a estratégia de género.

Lição 6.2: Criar mecanismos de acesso a informação para os diferentes grupos na comunidade

Acesso a informação sobre processos e etapas a seguir nas actividades de demarcação e delimitação de terras é crucial para impulsionar a participação das mulheres e outros grupos vulneráveis. Participação, a Dinâmica e o sucesso das actividades dependem exclusivamente do acesso a informação pelo grupo mais vulnerável da comunidade. Porém, o uso de diferentes métodos e meios de comunicação devem ser respeitados, para que a informação seja partilhada de igual forma pela comunidade.

Contexto

Em todas etapas, onde a participação da comunidade é prioritária (Apresentação de projecto, sensibilização, consulta comunitária, confrontação de limites, devolução, etc.) a divulgação de informação para os diferentes grupos é crucial. Nestes casos, a utilização da língua local em cartazes e outras matérias de divulgação, associado a uso de meios de comunicação como a rádio, devem impulsionar a participação de diferentes grupos. A indicação nas mensagens (rádio, cartazes, cartas, etc.), dos diferentes participantes que devem fazer parte dos encontros é crucial, pois reduz a tendência de discriminação.

Lição 6.3: Incentivar a divisão de tarefas e responsabilidades durante os encontros com comunidades

A dinâmica das populações sobre a terra, requer evolução nos níveis organizativos da comunidade, como por exemplo a partilha e divisão de tarefas entre os diferentes grupos da comunidade. A participação das comunidades nos processos de delimitação e demarcação de terras deve ser acompanhado com actividades que incentivem a integração de vários grupos das comunidades em vários momentos deste processo participativo. A participação deve ser complementada com tarefas específicas, canalizadas a diferentes grupos da comunidade.

Contexto

A demarcação e delimitação de terras são actividades dinâmicas que exigem a participação massiva e integral dos membros das comunidades, especialmente em algumas fases, como por exemplo a preparação social, a sensibilização, consulta comunitária/confrontação de limites e a devolução parcial. Estas fases, são momento ideal para introduzir e incentivar a partilha de actividades entre diferentes grupos. Algumas actividades que podem ser desenvolvidas pelos vários grupos durante os encontros ligados a actividades de demarcação e delimitação de terras, incluem: (i) apresentação de resumo/resultados de projecto; (ii) Canções; Sensibilização sobre boas práticas, etc. Exemplo concreto incluem encontros em os diferentes grupos tem responsabilidades diferentes, como: (i) garantir a arrumação do local de encontro; apresentar o projecto; garantir a animação dos participantes, etc.

Um outro contexto em que a divisão de tarefas e responsabilidade dever ser promovida e incentivada é sobre as actividades de geração de renda (Apicultura, agricultura, pastagem, etc.). Estas actividades não devem ser implementadas somente pelas pessoas mais visíveis das comunidades. É preciso que se desenvolvam cadeias que facilitem a integração de vários grupos em diferentes fases da cadeia de uma determinada actividade.

Anexos

Anexo 1: Aspectos de realce sobre G&D em projectos da iTC

Aspectos de realce sobre Género e Diversidade em projectos da iTC

(i) A abordagem em cascata sobre género e diversidade é o caminho promotor para a massificação e consolidação do conhecimento e respeito dos papéis, responsabilidades, acesso, controlo e tomada de decisão pelos homens, mulheres, jovens, idosos, e outros grupos sociais dentro das áreas de intervenção da iTC. Por exemplo: (i) Na província de Gaza, o provedor de serviço ANA formado, realizou a formação em género e diversidade para outro provedor de serviço; (ii) Provedores de serviços formados nas províncias de Gaza, Cabo Delgado, Manica e Sofala, transmitiram a informação sobre género e diversidade aos seus colegas dentro da organização; (iii) Provedores de serviços formados nas províncias de Gaza, Cabo Delgado, Manica e Sofala, transmitem a informação sobre género e diversidade aos diferentes grupos sociais beneficiários dos projectos apoiados pela iTC em cada actividade implementada. Isso significa que a abordagem em cascata sobre género e diversidade está sendo aplicada segundo as capacidades, oportunidades e condições reais de cada local de implementação da iTC.

(ii) Os provedores de serviços, equipa da iTC, órgãos de apoio da iTC, em geral estão muito consciencializados sobre a importância da abordagem de género e diversidade. Essa consciencialização justifica-se pela utilização dos instrumentos de género e diversidade mesmo em projectos com outros doadores.

(iii) A persistência e o encorajamento dos intervenientes envolvidos na implementação dos projectos com apoio da iTC é a receita fundamental para a consciencialização, motivação e consolidação da abordagem a nível dos provedores de serviços e grupos sociais beneficiários.

(iv) Apesar da iTC, provedores de serviços, órgãos de apoio, estarem a envidar muito esforço para a integração de género e diversidade nos seus projectos através da promoção de formação e disponibilização de instrumentos de trabalho, há uma necessidade desta abordagem ser alargada aos programas de desenvolvimento em geral em particular os que são promovidos pelo Governo. Por exemplo a campanha de emissão de documentos de identificação para homens, mulheres, jovens,

idosos, e outros grupos sociais, a integração obrigatória de homens e mulheres para a constituição e ocupação dos órgãos de decisão das associações agropecuárias, comités de gestão dos recursos naturais, etc.

(v) A falta de documentos pessoais, o receio das próprias mulheres em assumir cargos de direcção nos órgãos de tomada de decisão muitas vezes aliada a falta de informação sobre os seus direitos e deveres, e a carga de trabalho aliada aos aspectos culturais continuam a ser limitantes da participação das mulheres nas actividades de delimitação, demarcação de terras comunitárias, associativismo, gestão dos recursos naturais e dos órgãos de tomada de decisão.

(vi) Existe uma diferença na participação dos diferentes grupos sociais beneficiários nos projectos com apoio da iTC, aliado aos papéis, responsabilidades e o conhecimento sobre os direitos e deveres dos homens, mulheres, jovens, na gestão da terra e de outros recursos naturais. Para além desses factores, a forma como os provedores de serviços dinamizam a população para participar nas diferentes actividades, o momento e o local da sua realização é crucial para esta diferença.

(vii) Existe uma tendência de equidade de oportunidades de participação entre homens e mulheres nas actividades de sensibilização e formação dentro das comunidades, associações, comités de gestão dos recursos naturais, nas áreas de intervenção da iTC. Em algumas comunidades há mais mulheres a participar nestas actividades comparativamente aos homens.

(viii) Nas actividades de preparação social e delimitação de terras comunitárias, em geral homens, mulheres, jovens, idosos participam nas actividades de divulgação e sensibilização sobre a lei de terras, floresta e faina bravia, mapeamento comunitário. Nas actividades de confrontação dos limites ao longo dos transectos com comunidades vizinhas, há mais participação de homens que mulheres, alegando que as mulheres não conseguem percorrer distâncias longas.

(ix) Na consulta sobre a história da comunidade, mapeamento e resolução de conflitos participam de igual modo tanto os homens assim como as mulheres, idosos e ou conselheiros das comunidades.

(x) A participação de homens, mulheres, jovens, idosos, e outros grupos sociais dentro das áreas de intervenção da iTC, é manifestada não apenas com a sua presença mas também através da sua voz, contribuição em ideias, execução das tarefas, incluindo a tomada de decisão sobre a gestão da terra e de outros recursos naturais.

(xi) A introdução do programa de alfabetização e educação de adultos nas comunidades e associações onde a iTC intervém é uma mais-valia para a inclusão de todos os grupos sociais em particular as mulheres nas actividades do projecto, incluindo nos órgãos de tomada de decisão.

(xii) A utilização dos materiais e meios de comunicação diversificados contribui bastante para a motivação e dinamização dos diferentes grupos sociais participarem em diferentes actividades dos projectos dentro das comunidades locais. A rádio é um meio de divulgação e educação de massa e efectivo dos diferentes grupos sociais desde que é feita em momentos e línguas adequadas a cada região.

(xiii) A divulgação da informação e mensagens sobre assuntos que afectam directamente a população (homens e mulheres) contribuiu bastante na consciencialização dos diferentes grupos sociais, para participarem nas actividades de delimitação e demarcação de terras, sensibilização e formação, resolução de conflitos, etc., dentro das áreas de intervenção da iTC.

(xiv) Nas actividades de geração de rendimento, homens e mulheres participam, na produção, comercialização dos produtos, gestão dos rendimentos e em alguns casos na planificação e tomada de decisão sobre o destino da receita.

(xv) É verdade que em alguns casos a mulher apesar de ser ela a que trabalha a terra, e pratica outras actividades de geração de rendimento, ela não tem ainda o domínio da decisão e utilização da renda dentro da família. Há casos em que ela é obrigada a entregar o rendimento obtido ao homem para a gestão e tomada de decisão. Esta situação é justificada pela existência dos aspectos culturais na relação entre homens e mulheres na comunidade, como aconteceu em algumas comunidades visitadas, particularmente nas províncias de Manica, Sofala e Cabo Delgado. Entretanto, é verdade também que os recursos financeiros gerados pelos homens são em muitos casos geridos sem muita interferência das mulheres, incluindo a sua tomada de decisão sobre o destino dos mesmos.

(xvi) Existe uma grande motivação e entusiasmo nos beneficiários em particular nas mulheres que participam nos projectos que incluem a geração de rendimento para as famílias. Este entusiasmo é fortificado pelo prestígio social que as mulheres, incluindo as famílias, ganham devido aos resultados atingidos tais como, a compra de roupa para os filhos e parceiros, melhoramento e construção de casas com material convencional, continuação dos estudos dos filhos, compra de bicicletas como meio de transporte para família, etc.

(xvii) A abordagem em cascata sobre género e diversidade tem um grande impacto na mudança de comportamento individual, e na relação social entre homens e mulheres dentro das associações, comunidades e famílias, necessitando desta forma de tempo para esta mudança.

(xviii) Apesar da existência dos valores culturais a nível das comunidades onde a iTC intervém, a integração da abordagem de género e diversidade nos projectos é vista pelos homens, mulheres, jovens, líderes comunitários e outros grupos sociais como uma mais-valia para a equidade e igualdade de oportunidades.

(xix) O envolvimento dos líderes comunitários na mobilização e sensibilização dos diferentes grupos sociais é fundamental para a inclusão de homens, mulheres, jovens, idosos, e outros nas actividades do projecto.

(xx) Mesmo em zonas onde a participação dos homens e mulheres é tida como equilibrada, é importante que os provedores de serviços continuem a sensibilizar as comunidades beneficiárias para que o papel das mulheres seja cada vez mais reconhecido em todas as actividades do projecto em particular nos órgãos de tomada de decisão.

Apesar de não terem sido visitadas as mesmas comunidades, associações e comités de gestão dos recursos naturais que foram alvo para o estudo da auditoria de género, nota-se hoje um grande progresso na aplicação dos instrumentos de género e diversidade, em relação aos resultados de 2009.